



Projetos em Tramitação no Congresso Nacional de interesse da CNTS

❖ Piso Salarial

PL 459/2015 – deputado Andre Moura (PSC-SE) - Dispõe sobre o Piso Salarial do Enfermeiro, do Técnico de Enfermagem, do Auxiliar de Enfermagem e da Parteira.

Situação: Aguardando designação de relator na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF).

PL 2982/2019 – deputado Julian Lemos (PSL-PB) - Dispõe sobre o Piso Salarial do Enfermeiro, do Técnico de Enfermagem, do Auxiliar de Enfermagem e da Parteira.

Situação: Tramita apensado pensado ao [PL 459/2015](#). Aguardando designação de relator na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF).

PL 1876/2019 – deputado Mauro Nazif (PSB-RO) - Dispõe sobre o Piso Salarial do Enfermeiro, do Técnico de Enfermagem, do Auxiliar de Enfermagem e da Parteira.

Situação: Tramita apensado pensado ao [PL 459/2015](#). Aguardando designação de relator na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF).

PL 1268/2019 – deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP) - Dispõe sobre o Piso Salarial do Enfermeiro, do Técnico de Enfermagem, do Auxiliar de Enfermagem e das Obstetrias.

Situação: Tramita apensado pensado ao [PL 459/2015](#). Aguardando designação de relator na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF).

PL 10553/2018 – deputado Felipe Carreras (PSB-PE) - Dispõe sobre o piso salarial dos profissionais da área de enfermagem, alterando a Lei n.º 7.498, de 25 de junho de 1986, e dando outras providências.

Situação: Tramita apensado ao [PL 459/2015](#). Aguardando designação de relator na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF).

PL 9961/2018 – deputado Professor Victório Galli (PSL-MT) - Dispõe sobre a regulamentação do exercício dos profissionais da área de enfermagem, altera a Lei n.º 7.498, de 25 de junho de 1986, e dá outras providências.

Situação: Tramita apensado ao [PL 459/2015](#). Aguardando designação de relator na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF).

PL 1823/2015 – deputado Daniel Coelho (PSDB-PE) - Altera a Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, para dispor sobre o Piso Salarial do Enfermeiro, do Técnico de Enfermagem, do Auxiliar de Enfermagem e da Parteira

Situação: Tramita apensado ao [PL 459/2015](#). Aguardando designação de relator na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF).

PL 1477/2015 – deputado Marcos Rogério (PDT-RO) - Dispõe sobre o Piso Salarial do Enfermeiro, do Técnico de Enfermagem, do Auxiliar de Enfermagem e da Parteira.

Situação: Tramita apensado ao [PL 459/2015](#). Aguardando designação de relator na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF).

PL 729/2015 – deputado Davidson Magalhães (PCdoB-BA) - Dispõe sobre o Piso Salarial do Enfermeiro, do Técnico de Enfermagem, do Auxiliar de Enfermagem e da Parteira.

Situação: Tramita apensado ao [PL 459/2015](#). Aguardando designação de relator na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF).

PL 597/2015 – deputada Alice Portugal (PCdoB-BA) - Dispõe sobre o Piso Salarial do Enfermeiro, do Técnico de Enfermagem, do Auxiliar de Enfermagem e da Parteira.

Situação: Tramita apensado ao [PL 459/2015](#). Aguardando designação de relator na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF).

PL 6245/2013 – Poder Executivo - Aumenta a remuneração de servidores efetivos e empregados permanentes da administração pública federal, e dá outras providências.

Situação: Aguardando parecer do relator, deputado Mário Negromonte Jr. (PP-BA) na Comissão de Finanças e Tributação (CFT).

PL 6244/2013 – Poder Executivo - Cria cargos de provimento efetivo no âmbito da administração pública federal e dá outras providências.

Situação: Aguardando Apreciação pelo Senado Federal.

PL 2717/2019 – deputado Fred Costa (PATRI-MG) - Dispõe sobre o reconhecimento da Saúde Estética como área de atuação do profissional de Biologia, Biomedicina, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia e Fonoaudiologia.

Situação: Aguardando designação de relator na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP).

PL 3089/2019 – deputado Felipe Carreras (PSB-PE) - Estabelece a obrigatoriedade de manutenção de um profissional da área de enfermagem, enfermeiro ou técnico de enfermagem, nas escolas da Educação Básica.

Situação: Tramita apensado ao [PL 1616/2011](#). Aguardando designação de relator na Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (CIDOSO).

PL 3027/2019 – deputado Célio Studart (PV-CE) - Determina que os concursos públicos municipais e estaduais obedeçam aos pisos salariais das respectivas categorias com vagas ofertadas.

Situação: Aguardando despacho do Presidente da Câmara dos Deputados.

PL 1687/2019 – deputado Célio Studart (PV-CE) - Suspende o repasse de recursos públicos federais para organizações de saúde enquanto perdurar atraso no pagamento de salário ou remuneração dos profissionais de saúde

Situação: Aguardando designação de relator na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)

PL 446/2019 – deputado Valmir Assunção (PT-BA) - Altera a Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990 que “dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências”

Situação: Tramita apensado ao [PL 5304/2013](#). Aguardando parecer do relator, deputado Lincoln Portela (PR-MG) na Comissão de Educação (CE).

PL 318/2019 – deputada Edna Henrique (PSDB-PB) - Altera a Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, para determinar que, no mínimo, 10% (dez por cento) das vagas das organizações sociais da saúde (OS), que firmarem contrato de gestão com o Poder Executivo, devem ser reservadas ao primeiro emprego de auxiliares de enfermagem, técnicos de enfermagem e enfermeiros.

Situação: Tramita apensado ao [PL 170/2011](#). Aguardando parecer do relator, deputado Vinicius Farah (MDB-RJ) na Comissão de Finanças e Tributação (CFT).

PL 9749/2018 – deputado Rômulo Gouveia (PSD-PB) - Altera a Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, que "dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências" para permitir à gestante e à parturiente o acompanhamento por uma pessoa de sua preferência e uma enfermeira obstétrica autônoma durante o período do pré-natal, do trabalho de parto e do pós-parto imediato.

Situação: Tramita apensado ao [PL 5304/2013](#). Aguardando parecer do relator, deputado Lincoln Portela (PR-MG) na Comissão de Educação (CE).

PL 8484/2017 – deputado Victor Mendes (PSD-MA) - Dispõe sobre a obrigação de instalação de placas informativas em todas as unidades de saúde do SUS, com a divulgação mensal da escala dos médicos, enfermeiros e auxiliares de enfermagem e seus respectivos horários de atendimento.

Situação: Tramita apensado ao [PL 5170/2013](#). Aguardando parecer da relatora, deputada Adriana Ventura (NOVO-SP) na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)

PL 7322/2017 – deputado Daniel Coelho (PSDB-PE) - Altera a Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, que dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem, e dá outras providências, para possibilitar o exercício da profissão de Auxiliar de Enfermagem pelo Técnico em Enfermagem sem cobrança em duplicidade da anuidade,

Situação: Aguardando designação de relator na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)

PL 6258/2016 (SUG 136/2014)- Comissão de Legislação Participativa - Acrescenta parágrafo ao art. 511 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre as categorias profissionais diferenciadas constantes do Quadro de Atividades e Profissões a que se refere o art. 577 da CLT.

Situação: Aguardando designação de relator na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)

PL 2709/2015 – deputado Aureo (SD-RJ) - Torna obrigatória a existência de enfermagem e a permanência de técnico de enfermagem em estabelecimentos de ensino que atendam a quinhentos ou mais alunos.

Situação: Tramita apensado ao [PL 7315/2014](#). Aguardando designação de relator na Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (CIDOSO).

PL 7315/2014 – ex-deputado Luiz de Deus (DEM-BA) - Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de ambulatórios para pronto atendimento de primeiros socorros, com a permanência mínima de um profissional da área de enfermagem em cada estabelecimento de ensino da educação básica.

Situação: Tramita apensado ao PL 1616/2011. Aguardando designação de relator na Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (CIDOSO)

PL 1616/2011 – ex-deputado Sueli Vidigal (PDT-ES) - Dispõe sobre a obrigatoriedade de manutenção de um profissional da área de enfermagem, enfermeiro ou técnico de enfermagem, nas unidades da rede pública de creches e escolas de educação infantil, e dá outras providências.

Situação: Aguardando designação de relator na Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (CIDOSO)

PL 4111/2008 – ex-deputado Gilmar Machado (PT-MG) - Altera a Lei nº 7.394, de 29 de outubro de 1985, que "Regula o exercício da profissão de Técnico em Radiologia, e dá outras providências", e a Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, que "Dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem e dá outras providências", para estender aos professores de radiologia e aos enfermeiros que trabalhem diretamente com raios-x a jornada reduzida e o adicional de risco e insalubridade concedidos aos técnicos de

Situação: Tramita apensado ao PL 7602/2006. Aguardando parecer do relator, deputado Pedro Westphalen (PP-RS) na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)

PL 4745/2012 – ex-senador Paulo Davim (PV-RN) - Altera as Leis nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, que "dispõe sobre os Conselhos de Medicina, e dá outras providências", nº 4.324, de 14 de abril de 1964, que "institui o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Odontologia, e dá outras providências", e nº 5.905, de 12 de julho de 1973, que "dispõe sobre a criação dos Conselhos Federal e Regionais de Enfermagem e dá outras providências", para dispor sobre a publicidade médica, odontológica e de enfermagem, e revoga o Decreto-Lei nº 4.113, de 14 de fevereiro de 1942.

Situação: Aguardando designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

PL 7602/2006 – ex-deputado Gilmar Machado (PT-MG) - Altera a Lei nº 7.394, de 29 de outubro de 1985, que regula o exercício da Profissão de Técnico em Radiologia e dá outras providências. Concede férias de 20 (vinte) dias consecutivos por semestre de atividade profissional e aposentadoria especial aos profissionais expostos à radiação.

Situação: Tramita apensado ao [PL 5863/2001](#). Aguardando parecer do relator, deputado Pedro Westphalen (PP-RS) na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)

[PL 7097/2002](#) – ex-deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) - Institui o Código Brasileiro de Segurança e Saúde no Trabalho.

Situação: Tramita apensado ao [PL 1216/2011](#). Aguardando designação de relator na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)

❖ Segurança dos Profissionais

[PL 7269/2017](#) – deputado Dr. Sinval Malheiros (PTN-SP) - Acrescenta o § 13 ao art. 129 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para qualificar a conduta de agressão contra profissionais de saúde.

Situação: Tramita apensado ao [PL 6749/2016](#). Pronta para pauta no Plenário.

[PL 6749/2016](#) – deputado Goulart (PSD-SP) - Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para tipificar de forma mais gravosa os crimes de lesão corporal, contra a honra, ameaça e desacato, quando cometidos contra médicos e demais profissionais da saúde no exercício de sua profissão.

Situação: Pronta para pauta no Plenário.

❖ Jornada de Trabalho

[PL 2295/2000 \(PLS 161/1999\)](#) – ex-senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) - Acrescenta dispositivo à Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, para dispor sobre a duração do trabalho dos enfermeiros, técnicos de enfermagem, auxiliares de enfermagem e parteiras.

Situação: Pronta para Pauta no Plenário.

[PL 1607/2019](#) – deputado Mauro Nazif (PSB-RO) - Acrescenta dispositivo à Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, para dispor sobre a duração do trabalho dos enfermeiros, técnicos de enfermagem, auxiliares de enfermagem e parteiras.

Situação: Tramita apensado ao [PL 2295/2000](#). Pronta para Pauta no Plenário.

[PL 1313/2019](#) – deputado Marreca Filho (PATRI-MA) - Acrescenta artigo à Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, para dispor sobre a jornada de trabalho de enfermeiros, técnicos de enfermagem, auxiliares de enfermagem e parteiras.

Situação: Tramita apensado ao [PL 2295/2000](#). Pronta para Pauta no Plenário.

PL 1384/2019 – deputado Celso Sabino (PSDB-PA) - Acrescenta parágrafo ao art. 2º da Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, a fim de dispor sobre a jornada de trabalho de enfermeiro, técnico e auxiliar de enfermagem e parteira.

Situação: Tramita apensado ao [PL 2295/2000](#). Pronta para Pauta no Plenário.

PL 6091/2016 – deputado Hildo Rocha (PMDB-MA) - Acrescenta artigo à Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, a fim de dispor sobre a jornada de trabalho dos profissionais de enfermagem.

Situação: Tramita apensado ao [PL 2295/2000](#). Pronta para Pauta no Plenário.

PEC 231/1995 – ex-deputado Inácio Arruda (PCDOB/CE) - Altera os incisos XIII e XVI do art. 7º da Constituição Federal. Reduz a jornada máxima de trabalho para quarenta horas semanais e aumenta para setenta e cinco por cento a remuneração de serviço extraordinário.

Situação: Pronta para Pauta no Plenário.

PL 3129/1997 – deputado Paulo Paim (PT/RS) - Dispõe sobre a duração da jornada de trabalho semanal. Estabelece que não deverá ultrapassar seis horas diárias ou trinta horas semanais, objetivando a criação de novos empregos.

Situação: Aguardando designação de relator na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)

Apensados: PL 7663/2006 (2), PL 2381/2007, PL 5769/2009; PL 3519/2012; PL 6232/2009; PL 8055/2011; PL 6141/2013; PL 8263/2017 (3), PL 8574/2017 (2), PL 8606/2017, PL 285/2019; PL 8692/2017 (2), PL 9032/2017, PL 278/2019; PL 8991/2017 (1), PL 284/2019; PL 9068/2017; PL 3510/2000; PL 7689/2006 (2), PL 1038/2019 (1), PL 3735/2019; PL 342/2003 (5), PL 4460/2012 (2), PL 5595/2013, PL 3825/2015, PL 3495/2015, PL 10821/2018; PL 10571/2018

❖ Repouso dos profissionais de enfermagem

PL 4998/2016 (PLS 597/2015) – ex-senador Valdir Raupp (PMDB-RO) - Acrescenta art. 15-A à Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, para dispor sobre as condições de repouso dos profissionais de enfermagem durante o horário de trabalho.

Situação: Aguardando apreciação pelo Senado Federal. No Senado o projeto tramita como [PL 2101/2019](#), e aguarda designação de relator na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

❖ Educação

[PL 11221/2018](#) – deputado Carlos Henrique Gaguim (DEM-TO) - Altera o art. 6º-B da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, ampliando a possibilidade de abatimento de saldo devedor para egressos das áreas e cursos superiores que especifica.

Situação: Tramita apensado ao [PL 2659/2015](#). Aguardando votação do parecer do relator, deputado Moses Rodrigues (MDB-CE), pela aprovação deste, e do PL 11221/2018, apensado, com substitutivo na Comissão de Educação (CE).

[PL 10987/2018](#) – deputado Carlos Henrique Gaguim (DEM-TO) - Autoriza o Poder Executivo a instituir cursos de humanização no atendimento às gestantes.

Situação: Tramita apensado ao [PL 9372/2017](#). Aguardando parecer do relator, deputado Lincoln Portela (PR-MG) na Comissão de Educação (CE).

[PL 9372/2017](#) – deputado Angelim (PT-AC) - Autoriza o Poder Executivo a instituir cursos de humanização no atendimento às gestantes.

Situação: Tramita apensado ao [PL 6567/2013](#). Aguardando parecer do relator, deputado Lincoln Portela (PR-MG) na Comissão de Educação (CE).

[PL 2659/2015](#) – deputado Wadson Ribeiro (PCdoB-MG) - Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento Estudantil - FIES, para ampliar a possibilidade de abatimento de saldo devedor, mediante prestação de serviço no Sistema Único de Saúde, para egressos de cursos superiores de Medicina, Odontologia, Enfermagem, Farmácia, Nutrição, Fonoaudiologia, Fisioterapia, Psicologia e Terapia Ocupacional.

Situação: Aguardando votação do parecer do relator, deputado Moses Rodrigues (MDB-CE), pela aprovação deste, e do PL 11221/2018, apensado, com substitutivo na Comissão de Educação (CE).

[PL 50/2015](#) - deputada Carmen Zanotto (PPS-SC) - Dispõe sobre a formação continuada dos profissionais de enfermagem.

Situação: Aguardando designação de relator na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)

PL 2598/2007 – ex-deputado Geraldo Resende (PMDB-MS) - Obriga os estudantes de Medicina, Odontologia, Enfermagem, Farmácia, Nutrição, Fonoaudiologia, Fisioterapia, Psicologia e Terapia Ocupacional, que concluírem a graduação em instituições públicas de ensino ou em qualquer instituição de ensino, desde que custeados por recursos públicos, a prestarem serviços remunerados em comunidades carentes de profissionais em suas respectivas áreas de formação.

Situação: A matéria tramita em regime de urgência podendo ser incluída na ordem do dia a qualquer momento. Aguardando parecer do relator, deputado Júnior Bozzella (PSL-SP) na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC); aguardando parecer do relator, deputado Alê Silva (PSL-MG) na Comissão de Finanças e Tributação (CFT).

❖ Ensino a Distância para a área da saúde

PL 5414/2016 – deputado Rodrigo Pacheco (PMDB-MG) - Proíbe o incentivo do desenvolvimento e veiculação de programas de ensino à distância em curso da área de saúde.

Situação: Aguardando votação do parecer do relator, deputado Dr. Luiz Ovando (PSL-MS), pela aprovação do PL 5414/2016, do PL 6858/2017, do PL 8445/2017, e do PL 7121/2017, apensados, e do Substitutivo adotado pela Comissão de Educação, na forma do substitutivo na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF).

PL 8445/2017 – deputado Luciano Ducci (PSB-PR) - Dispõe sobre a vedação da criação e da oferta de cursos superiores de Enfermagem na modalidade da educação a distância (EAD).

Situação: Tramita apensado ao [PL 5414/2016](#). Aguardando votação do parecer do relator, deputado Dr. Luiz Ovando (PSL-MS), pela aprovação do PL 5414/2016, do PL 6858/2017, do PL 8445/2017, e do PL 7121/2017, apensados, e do Substitutivo adotado pela Comissão de Educação, na forma do substitutivo na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF).

PL 7121/2017 – deputada Alice Portugal (PCdoB-BA) - Acrescenta o § 3º ao art. 46 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para proibir a autorização e o reconhecimento dos cursos de graduação da área de saúde que sejam ministrados na modalidade a distância.

Situação: Tramita apensado ao [PL 6858/2017](#), que está apensado ao [PL 5414/2016](#). Aguardando votação do parecer do relator, deputado Dr. Luiz Ovando (PSL-MS), pela aprovação do PL 5414/2016, do PL

6858/2017, do PL 8445/2017, e do PL 7121/2017, apensados, e do Substitutivo adotado pela Comissão de Educação, na forma do substitutivo na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF).

PL 6858/2017 – deputado Rômulo Gouveia (PSD-PB) - Acrescenta o § 1º-A ao art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para proibir a autorização, a renovação da autorização, o reconhecimento e a renovação do reconhecimento dos cursos superiores de graduação na área de saúde humana e animal que sejam totalmente ministrados na modalidade a distância.

Situação: Tramita apensado ao [PL 5414/2016](#). Aguardando votação do parecer do relator, deputado Dr. Luiz Ovando (PSL-MS), pela aprovação do PL 5414/2016, do PL 6858/2017, do PL 8445/2017, e do PL 7121/2017, apensados, e do Substitutivo adotado pela Comissão de Educação, na forma do substitutivo na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF).

PL 1171/2019 – deputado Dr. Jaziel (PR-CE) - Dá nova redação ao artigo 80 da Lei nº 9.394, de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Proíbe o incentivo do desenvolvimento e veiculação de programas de ensino à distância em curso da área de saúde.

Situação: Aguardando votação do parecer do relator, deputado Dr. Zacharias Calil (DEM-GO), pela aprovação deste, e do PL 1549/2019, apensado, com substitutivo na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF).

PL 1549/2019 – deputado Schiavinato (PP-PR) - Altera ao art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a educação à distância e dar outras providências.

Situação: Tramita apensado ao PL 1171/2019. Aguardando designação de relator na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF).

PDC 733/2017 – deputado Orlando Silva (PCdoB-SP) - Susta a Portaria nº 11, de 20 de junho de 2017, republicada em 21 de junho de 2017, do Ministério da Educação, que estabelece normas para o credenciamento de instituições e a oferta de cursos superiores a distância, em conformidade com o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017.

Situação: Aguardando designação de relator na Comissão de Educação (CE)

PDC 961/2018 – deputado Orlando Silva (PCdoB-SP) - Susta o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, que regulamenta o artigo 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Situação: Aguardando designação de relator na Comissão de Educação (CE)

PL 2891/2015 – deputado Orlando Silva (PCdoB-SP) - Altera a Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, que regulamenta o exercício da enfermagem, para nela incluir a obrigatoriedade de formação exclusivamente em cursos presenciais para os profissionais da área".

Situação: A matéria aguarda votação do parecer da relatora deputada Alice Portugal (PCdoB -BA) pela aprovação, com emendas na Comissão de Educação (CE).

PL 3758/2015 – deputado Reginaldo Lopes (PT-MG) - Institui Sistema Nacional de Educação a Distância.

Situação: A matéria aguarda parecer da relatora deputada Luisa Canziani (PTB-PR) na Comissão de Educação (CE).

PL 4432/2019 – deputado Abou Anni (PSL/SP) - Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional para obrigar a constar nos diplomas e nos documentos de identificação emitidos pelos Conselhos de Classe, quando se tratarem de profissões da área de saúde, a informação de que o curso foi realizado por Ensino a Distância ("EaD"), e dá outras providências.

Situação: Aguardando despacho do presidente da Câmara dos Deputados

❖ Exame de suficiência/proficiência para a enfermagem

PL 4930/2016 – deputado Lucio Vieira Lima (PMDB-BA) - "Altera a Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, que regulamenta o exercício da enfermagem, para nela incluir a obrigatoriedade da realização de exame de suficiência para obtenção de registro profissional".

Situação: A matéria foi **arquivada** findada a legislatura, de acordo com o artigo 105 do regimento interno da Câmara dos Deputados.

PL 6253/2013 – deputado Wilson Filho (MDB-PB) - Dispõe sobre a habilitação para os exames e provas de suficiência exigidos como requisito para a obtenção do registro profissional.

Situação: Aguardando designação de relator na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)

PL 513/2015 – deputado Fausto Pinato (PRB-SP) - Dispõe sobre a obrigatoriedade de realização de exame de proficiência para todas as profissões regulamentadas

Situação: Tramita apensado ao [PL 6253/2013](#). Aguardando designação de relator na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP).

❖ Reforma Sindical

[PEC 71/1995](#) – ex-deputado Jovair Arantes (PSDB/GO) - Dá nova redação ao art. 8º, inciso IV, da Constituição Federal. Proíbe a fixação de qualquer contribuição compulsória dos não filiados à associação, sindicato ou entidade sindical.

Situação: Aguardando votação do parecer do relator, deputado Gilson Marques (NOVO-SC), pela admissibilidade desta e das Propostas de Emenda à Constituição nºs 102/1995, 247/2000, 252/2000, 305/2013, 179/2015 e 277/2016, apensadas na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

[PEC 102/1995](#) – ex-deputado Luiz Carlos Hauly (PP/PR) - Dá nova redação ao art. 8º da Constituição Federal. Elimina a unicidade sindical, bem como, as contribuições sindicais obrigatórias. Altera o art. 8º da Constituição Federal de 1988.

Situação: Tramita apensado à [PEC 71/1995](#). Aguardando votação do parecer do relator, deputado Gilson Marques (NOVO-SC), pela admissibilidade desta e das Propostas de Emenda à Constituição nºs 102/1995, 247/2000, 252/2000, 305/2013, 179/2015 e 277/2016, apensadas na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

[PEC 252/2000](#) – ex-deputada Ricardo Berzoini (PT/SP) - Dá nova redação ao art. 8º da Constituição Federal. Reformula a estrutura sindical; exclui o princípio da unicidade sindical e a contribuição sindical compulsória. Altera o art. 8º da Constituição Federal de 1988.

Situação: Tramita apensado à [PEC 71/1995](#). Aguardando votação do parecer do relator, deputado Gilson Marques (NOVO-SC), pela admissibilidade desta e das Propostas de Emenda à Constituição nºs 102/1995, 247/2000, 252/2000, 305/2013, 179/2015 e 277/2016, apensadas na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

[PEC 247/2000](#) – ex-deputado Glycon Terra Pinto (PMDB/MG) - Dá nova redação ao inciso IV do art. 8º da Constituição Federal. Proíbe a instituição de qualquer contribuição para os não filiados ao sindicato, assim como o desconto em folha de pagamento de qualquer contribuição devida quando não autorizada pelo empregado. Altera o inciso IV do art. 8º da Constituição Federal de 1988.

Situação: Tramita apensado à [PEC 71/1995](#). Aguardando votação do parecer do relator, deputado Gilson Marques (NOVO-SC), pela admissibilidade desta e das Propostas de Emenda à Constituição nºs 102/1995, 247/2000, 252/2000, 305/2013, 179/2015 e 277/2016,

apensadas na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

PEC 305/2013 – ex-deputado Augusto Carvalho (PPS/DF) - Dá nova redação ao inciso IV, do art. 8º, e ao caput do art. 149, ambos da Constituição Federal, para extinguir a previsão da contribuição sindical compulsória.

Situação: Tramita apensado à [PEC 71/1995](#). Aguardando votação do parecer do relator, deputado Gilson Marques (NOVO-SC), pela admissibilidade desta e das Propostas de Emenda à Constituição nºs 102/1995, 247/2000, 252/2000, 305/2013, 179/2015 e 277/2016, apensadas na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

PEC 179/2015 – ex-deputado Ricardo Izar (PSD/SP) - Altera o artigo 8º da Constituição Federal para dispor sobre a contribuição sindical.

Situação: Tramita apensado à [PEC 71/1995](#). Aguardando votação do parecer do relator, deputado Gilson Marques (NOVO-SC), pela admissibilidade desta e das Propostas de Emenda à Constituição nºs 102/1995, 247/2000, 252/2000, 305/2013, 179/2015 e 277/2016, apensadas na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

PEC 277/2016 – deputado Arthur Oliveira Maia (PPS/BA) - Dá nova redação ao inciso IV do art. 8º da Constituição Federal, para vedar a imposição de qualquer contribuição a não associados ao sindicato.

Situação: Tramita apensado à [PEC 71/1995](#). Aguardando votação do parecer do relator, deputado Gilson Marques (NOVO-SC), pela admissibilidade desta e das Propostas de Emenda à Constituição nºs 102/1995, 247/2000, 252/2000, 305/2013, 179/2015 e 277/2016, apensadas na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

PEC 314/2004 – deputado Ivan Valente (PT/SP) - Dispõe sobre a Organização Sindical e dá outras providências.

Situação: Aguardando designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

PEC 369/2005 - Poder Executivo - Dá nova redação aos arts. 8º, 11, 37 e 114 da Constituição. Institui a contribuição de negociação coletiva, a representação sindical nos locais de trabalho e a negociação coletiva para os servidores da Administração Pública; acaba com a unicidade sindical; incentiva a arbitragem para solução dos conflitos trabalhistas e amplia o alcance da substituição processual, podem os sindicatos defender em juízo os direitos individuais homogêneos. Proposta da Reforma Sindical.

Situação: Tramita apensado à [PEC 314/2004](#). Aguardando designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

PEC 426/2005 – ex-deputada Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) - Altera o nome do "dissídio coletivo" para "ação normativa" que será ajuizada por sindicatos ou entidades sindicais de grau superior.

Situação: Tramita apensado à [PEC 369/2005](#). Aguardando designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

❖ Assédio Moral

PL 6757/2010 (PLS 79/2009) – ex-senador Inácio Arruda (PCdoB/CE) - Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre coação moral.

Situação: Aguardando parecer do relator, deputado Lucas Vergilio (SOLIDARI-GO) na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP). Tramitam apensado ao projetos: PL 2369/2003 (8), PL 2593/2003, PL 4593/2009 (1), PL 3760/2012, PL 6625/2009 (3), PL 7146/2010 (1), PL 625/2019, PL 11212/2018, PL 10632/2018; PL 6764/2013 (1), PL 2808/2019; PL 3429/2015; PL 4150/2015.

PL 4742/2001 – ex-deputado Marcos de Jesus (PL/PE) - Introduz art. 146-A no Código Penal Brasileiro - Decreto-lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940, dispondo sobre o crime de assédio moral no trabalho.

Situação: Aguardando Apreciação pelo Senado Federal

❖ Contribuição Sindical

PL 6706/2009 (PLS 177/2007) – senador Paulo Paim (PT/RS) - Dá nova redação ao § 3º do art. 543 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências.

Situação: Aguardando parecer do relator, deputado Lucas Vergilio (SOLIDARI-GO) na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)

Apensados: PL 4430/2008 (16), PL 5193/2009, PL 5401/2009 (3), PL 5684/, PL 5996/2009, PL 1989/2011, PL 5622/2009, PL 6952/2010, PL 3166/2012, PL 2189/2015 (1), PL 5149/2016, PL 4814/2016, PL 7640/2017, PL 10544/2018, PL 8639/2017 (1), PL 1036/2019, PL 11206/2018; PL 5795/2016.

PL 4430/2008 – deputados Tarcísio Zimmermann (PT/RS), Eudes Xavier (PT/CE) - Dispõe sobre a organização sindical, o custeio das entidades sindicais e a representação dos trabalhadores nos locais de trabalho, e altera a Consolidação das Leis do Trabalho para dispor sobre o diálogo social, a negociação coletiva e as convenções e acordos coletivos de trabalho.

Situação: Tramita apensado ao PL 6706/2009. Aguardando parecer do relator, deputado Lucas Vergílio (SOLIDARI-GO) na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP).

Apensados: PL 5193/2009; PL 5401/2009 (3), PL 5684/2009, PL 5996/2009, PL 1989/2011; PL 5622/2009; PL 6952/2010; PL 3166/2012; PL 2189/2015 (1), PL 5149/2016; PL 4814/2016; PL 7640/2017; PL 10544/2018; PL 8639/2017 (1), PL 1036/2019; PL 11206/2018.

PL 5795/2016 – Comissão Especial destinada a estudar e apresentar propostas com relação ao financiamento da atividade sindical - Altera os artigos 529, 530, 548, 580 e 592 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5452, de 1º de maio de 1943, acrescentando-lhe o art. 549-A e um Capítulo III-A; altera o art. 92 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e revoga os §§ 1º, 2º e 3º do art. 4º do Decreto-lei nº 1.166, de 15 de abril de 1971, e o art. 7º da Lei nº 11.648, de 31 de março de 2008, para dispor sobre a contribuição negocial e dá outras providências.

Situação: Tramita apensado ao PL 6706/2009. Aguardando parecer do relator, deputado Lucas Vergílio (SOLIDARI-GO) na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP).

PL 4114/2019 – deputados Adriana Ventura (NOVO/SP) e outros - Altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a contribuição sindical, e revoga dispositivo da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Situação: Aguardando despacho do Presidente da Câmara dos Deputados.

Senado Federal

❖ Aposentadoria Especial

PLS 349/2016 - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - Dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial para os profissionais Enfermeiros.

Situação: A matéria está pronta para votação em Plenário do Senado Federal.

❖ Contribuição Sindical

PL 3814/2019 - Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS) - Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a contribuição sindical, e revoga dispositivo da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Situação: Aguardando parecer do relator, senador Paulo Paim (PT-RS) Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

PL 4026/2019 - Senador Arolde de Oliveira (PSD/RJ) - Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre as contribuições destinadas ao sustento das entidades sindicais, inclusive a contribuição sindical, e revoga dispositivo da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Situação: Aguardando parecer da relatora, senadora Rose de Freitas (PODE-ES) Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

PLC 61/2016 (PL 1491/2011) – Deputado Laercio Oliveira (SD/SE) - Altera os arts. 580 e 585 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a contribuição sindical devida pelos agentes ou trabalhadores autônomos, pelos profissionais liberais e pelas pessoas jurídicas ou equiparadas.

Situação: Aguardando designação de relator na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

PLS 341/2018 - ex-senador Lindbergh Farias (PT-RJ) - Acrescenta o § 6º ao art. 611-A; e o art. 605-B; à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispensar, mediante assembleia geral, a expressa e prévia anuência do empregado, para desconto da contribuição sindical, e dá outras providências.

Situação: Aguardando designação de relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

PLS 359/2018 - senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) - Revoga a reforma trabalhista, conservando a extinção da obrigatoriedade do imposto sindical.

Situação: Aguardando parecer do relator, senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE)

PLS 385/2016 - senador Sérgio Petecão (PSD-AC) - Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para estabelecer que a contribuição sindical será devida somente pelos filiados aos sindicatos, em benefício de seus entes representativos, e dá outras providências.

Situação: Aguardando parecer do relator, senador Paulo Paim (PT-RS), na Comissão de Assuntos Sociais (CAS)

❖ Repouso dos profissionais de enfermagem

PL 2101/2019 (PLS 597/2015) – ex-senador Valdir Raupp (PMDB-RO) - Acrescenta art. 15-A à Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, para dispor sobre as condições de repouso dos profissionais de enfermagem durante o horário de trabalho.

Situação: Aguardando designação de relator na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

❖ Dimensionamento de pessoal em enfermagem

PLS 448/2016 – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - Modifica o art. 3º da Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, para dispor sobre o adequado dimensionamento do pessoal de enfermagem, em instituições de saúde públicas e privadas.

Situação: Aguardando parecer do relator, senador Eduardo Gomes (MDB-TO) na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

❖ Educação

PDS 102/2018 - Senador Lasier Martins (PSD-RS) - Sustenta a Resolução nº 582 de 2018, do Conselho Federal de Enfermagem (Cofen), que veda a participação do Enfermeiro no ensino de práticas de Enfermagem que exija aplicação de conhecimentos técnico-científicos em atividades de formação de Cuidador de Idosos.

Situação: Aguardando designação de relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ)

❖ Piso Salarial

SUG 25/2019 - Programa e-Cidadania - Enfermagem com piso salarial digno e ético por 30 horas semanais

Situação: Aguardando parecer do relator, senador Sérgio Petecão (PSD-AC) na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH)